

## Mapeando o processo migratório de uma família venezuelana no sul do Brasil

Mapping the migratory process of a Venezuelan family in southern Brazil

**Joelma Boaventura da Silva**

Doutoranda em Difusão do Conhecimento (PPGDC)

Professora Assistente (UNEB)

[jbomfim@uneb.br](mailto:jbomfim@uneb.br)

<https://orcid.org/0000-0002-7582-6662>

**Luan Victor de Souza Bispo**

Graduando em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

[luan.bispo@usp.br](mailto:luan.bispo@usp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-8142-888X>

**Natalia Silva Coimbra de Sá**

Professora Adjunta no Departamento de Ciências Humanas I (UNEB)

Professora Permanente (PPGDC)

[nsa@uneb.br](mailto:nsa@uneb.br)

<https://orcid.org/0000-0001-9922-6584>

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo ●

**Resumo:** O presente artigo tem como tema as redes de apoio e pertencimento familiar em processos migratórios de venezuelanos para o Brasil. O objetivo é mapear uma família venezuelana composta por 19 indivíduos que se estabeleceram no sul do Brasil no período de 2015 a 2021. A metodologia contempla uma abordagem qualitativa instrumentalizada por entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da família, e revisão de literatura de conceitos como parentesco, rede de apoio familiar, fluxos migratórios mistos e pertencimento familiar. As obras que fundamentam a metodologia são Escóssia, Kastrup e Passos (2020) e Rolnik (2016), por meio das quais os/as autores/as estabelecem um diálogo, inspirado pela cartografia social, com os estudos sobre migração internacional de fluxos mistos. O artigo traz contextualização, percurso metodológico, elementos conceituais, apresentação e análise dos dados e considerações finais. Os resultados buscam contribuir para as discussões sobre o pertencimento da família venezuelana no Brasil, na interseção de eixos de estratificação a partir da eleição e análise de categorias como faixa etária, sexo/gênero, raça/etnia, parentesco, ocupação profissional, formação/educação, estado civil, nacionalidade, passagem pela fronteira e condição jurídica da migração, denotando atualidade e relevância da temática na compreensão de contextos migratórios diversos.

**Palavras-chave:** rede de apoio; família; migração; venezuelanos; Brasil.

**Abstract:** This article addresses the support networks and family belonging in migratory processes of Venezuelans to Brazil. The objective is to map a Venezuelan family composed of 19 individuals who settled in southern Brazil in the period from 2015 to 2021. The methodology includes a qualitative approach instrumentalized by semi-structured interviews conducted with family members, and literature review of concepts such as kinship, family support network, mixed migratory flows and family belonging. The works that underpin the

methodology are Escóssia, Kastrup and Passos (2020) and Rolnik (2016), through which the authors establish a dialogue, inspired by social cartography, with studies on international migration of mixed flows. The article highlights contextualization, methodological procedures, conceptual elements, presentation and analysis of data and conclusions. The results seek to contribute to the discussions on the belonging of the Venezuelan family in Brazil, at the intersection of stratification axes from the election and analysis of categories such as age group, sex/gender, race/ethnicity, kinship, professional occupation, training/education, marital status, nationality, border crossing and legal status of migration, denoting the relevance and relevance of the theme in the understanding of diverse migratory contexts.

**Keywords:** network; family; migration; Venezuelans; Brazil.

## Introdução

A instigação para este trabalho decorre dos estudos prévios dos autores sobre migrações e refúgio, em especial, no tocante aos fluxos migratórios venezuelanos na última década. A temática é importante, pois aborda as condições de sujeitos de Direito, na condição de migrantes e refugiados, a partir da análise da experiência de membros de uma família que atravessou a fronteira da Venezuela para o Brasil.

A discussão deslinda questões do fluxo migratório venezuelano, trazendo à luz, vulnerabilidades, desafios, perspectivas, bem como apresenta informações importantes na área de pesquisa interdisciplinar sobre migrações internacionais. A atualidade do tema se assenta na conjuntura migratória brasileira, apresentando-se como um fenômeno em curso e passível de uma análise interdisciplinar. As migrações venezuelanas correspondem, por sua repercussão numérica, social e econômica, a um tema em efervescência contemporânea.

No que se refere à produção acadêmica sobre o tema, foi realizado um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sem delimitação de recorte temporal, para a expressão “migração venezuelana”, sendo encontrados 118 resultados: 80 dissertações de mestrado acadêmico, 15 de mestrado profissional e 18 teses de doutorado. No que se refere às datas de publicação por ano: 2004 (1), 2011 (1), 2012 (1), 2018 (1), 2019 (8), 2020 (12), 2021 (28), 2022 (28), 2023 (33) e 2024 (5). Quanto às grandes áreas de conhecimento, os resultados estão distribuídos em: Ciências da Saúde (4), Ciências Humanas (25), Ciências Sociais Aplicadas (36), Engenharias (1), Linguística, Letras e Artes (12) e Multidisciplinar (32).

Ao incluir o filtro “família” e/ou “familiar” em conjunto com “migração venezuelana”, encontra-se apenas um resultado. A dissertação de Costa (2023) sobre famílias monoparentais venezuelanas em São Paulo a partir de uma análise

interseccional sobre a migração. Ao aplicar o filtro “pertencimento”, encontra-se também apenas uma publicação, a dissertação de Lyra (2023) intitulada “Ser migrante, tornar-se influencer: visibilidade, inspiração e estratégias de pertencimento da migração venezuelana no Brasil”. E, por fim, ao adicionar o filtro “redes” à busca inicial, surgem seis estudos nos resultados, todos dissertações de mestrado. Destes, um não foi analisado, pois se trata de um estudo da área da biologia sobre uma espécie de peixe. Dentre as cinco publicações que englobam pesquisas das áreas de Ciências Sociais e Humanas, o primeiro estudo, de Lopes (2022), trata sobre redes sociais na experiência migratória de mulheres venezuelanas em Boa Vista, Roraima. O segundo, de Bello (2021), trata de novos territórios, com um olhar sobre a migração venezuelana em Foz do Iguaçu. Silva (2012) aborda o ethos em “la línea” de fronteira Brasil-Venezuela, direcionado ao ambiente ecolinguístico e as redes sociais. Hendges (2023) pesquisa “Inequidade em trânsito: solidariedade e capital social na experiência de mulheres venezuelanas em Porto Alegre”. Domiciano (2023) trabalha com redes sociais migratórias, fazendo um estudo da migração venezuelana com destino à região metropolitana de Goiânia entre os anos de 2017 e 2021. O presente estudo busca se inserir nesse contexto de ainda poucos e recentes estudos sobre a temática da migração venezuelana para o Brasil pela perspectiva das redes de pertencimento, em especial, contextos familiares.

O objetivo é mapear o processo migratório de uma família venezuelana, composta por 19 indivíduos, que se estabeleceu no sul do Brasil no período de 2015 a 2021. Partiu-se de duas hipóteses: 1) Existe uma rede de apoio que garantiu a migração de diversos membros da família para o Brasil; 2) A rede de apoio não foi suficiente para garantir a permanência da maioria dos parentes migrantes no sul do Brasil.

Metodologicamente, utiliza-se de abordagem qualitativa, por meio da análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da família, bem como da revisão de literatura, que objetivou o embasamento da discussão sobre os conceitos de migração familiar, fluxos migratórios mistos, rede de apoio, parentesco e pertencimento. Parte-se dos dados produzidos junto aos migrantes venezuelanos; categoriza-se os dados produzidos; coleta-se dados estatísticos referentes à migração venezuelana para o Brasil; identifica-se autores, conceitos e trabalhos correlatos à temática para construção do amparo teórico; redige-se o encadeamento na forma deste artigo.

O contexto no qual se insere o artigo, temporalmente, está vinculado inicialmente à década de 1990, envolvendo Venezuela e Brasil. Em 1994, um dos entrevistados, o

qual será aqui referido como professor Hugo<sup>1</sup>, primeiro migrante da família a chegar ao Brasil, teve contato com uma recém-doutora venezuela diplomada em terras brasileiras, professora no programa de Pós-Graduação na Universidad Centroccidental Lisandro Alvarado (UCLA). Tempos depois, por intermédio desta docente, surgiu o interesse de um grupo de pós-graduandos em continuar sua formação acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especificamente no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa e Engenharia (COPPE). Compunha esse grupo, o professor Hugo, bolsista financiado pelo governo, graças ao recurso advindo da indústria petrolífera. Naquela época, a situação econômica do Brasil era marcada pelo início do Plano Real, e a bolsa de estudos, em dólares, era atrativa.

Segundo o professor Hugo, a Universidad Simón Bolívar (USB), em Caracas, era uma das mais prestigiadas instituições da América Latina, com acadêmicos atraídos pelos bons salários, benefícios estes oferecidos pelo preço internacional do petróleo na década de 1990, e tinha recursos para manter redes de cooperação internacional, dentre elas, o programa do Consejo Nacional para Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICIT-BID), entre USB e COPPE-UFRJ.

Os resultados imediatos de tal contexto foram a criação de grupos de pesquisa na área de matemática, na universidade em Barquisimeto e a abertura de um programa de doutorado em Matemática (o terceiro curso em toda a Venezuela). O curso contou com doutores formados no Brasil, sendo três deles formados no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e outros dois pela UFRJ. Denotando que tal cooperação acadêmica foi muito importante para o desenvolvimento científico da Venezuela.

A primeira vivência do professor Hugo no Brasil compreende o período de 1995 a 1998, quando fez pesquisas na área de matemática na UFRJ e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A segunda vivência se iniciou em 2015 e perdura até os dias atuais. Entre 1998 e 2014, o professor Hugo atuou na Venezuela junto à UCLA, mas devido à crise humanitária da Venezuela muitos docentes saíram do país, inaugurando um êxodo acadêmico, que inseriu estes profissionais em países como Equador, Chile, Peru, Brasil, Espanha, México e Argentina (OBMIGRA, 2020).

Percebe-se que a crise econômica venezuelana pode ser considerada uma crise humanitária, levando milhares de pessoas à migração forçada (Silva; Bispo, 2021). Verificava-se uma inversão social, pois apesar do Brasil viver uma situação econômica difícil na última década do século XX, mesmo assim contribuía, cientificamente, para a

---

<sup>1</sup> Utiliza-se a expressão “professor Hugo” para distinção do seu homônimo, também entrevistado na pesquisa.

formação de quadros acadêmicos da Venezuela. Desde 2015, o Brasil recebe os venezuelanos em situação de migração e refúgio (OBMIGRA, 2020; Silva; Bispo, 2021). É nesse contexto que está inserida a trajetória da família do professor Hugo<sup>2</sup>.

O artigo está estruturado de forma que, após a introdução e uma contextualização familiar inicial necessária para o estudo, segue-se a seção metodológica. Em seguida, apresenta-se os conceitos-chave utilizados para a condução do mapeamento da família no Brasil. Por fim, a quarta seção traz os resultados da pesquisa através das categorias propostas para a análise. E, ao final, são tecidas as considerações finais.

## Metodologia

Trata-se de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, inspirada pela perspectiva da cartografia social. Utilizou-se de instrumentos de pesquisa como entrevista, além de revisão de literatura. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de modo presencial por uma das autoras do artigo, utilizando gravação em vídeo, no mês de outubro de 2021, na cidade de Blumenau, em Santa Catarina. Foram dez dias de convívio da entrevistadora com os 19 membros da família, devido a laços preexistentes entre a mesma e membros da família, os quais autorizaram a realização do estudo, assim como a divulgação de seus dados em publicações acadêmicas. As respostas dadas à entrevista foram transcritas e sistematizadas em categorias identificadas pelo/as autor/autoras e utilizadas como principal fonte para a (re)construção da narrativa familiar no desenvolvimento de todo o texto do artigo.

Apresentam-se aqui os elementos que direcionam esta produção, partindo inicialmente do mapeamento de conceitos que surgem do diálogo com os sujeitos imigrantes, suas origens, trajetos e locais, logo, sobre a mobilidade e o pertencimento destes. Assim, devido à sua perspectiva interdisciplinar, aproxima-se a pesquisa e seus resultados principalmente das áreas de Geografia e Sociologia, conforme as categorias apresentadas ao longo do texto.

O aspecto cartográfico inspira o estudo através das contribuições de Rolnik (2016, p. 58), para quem “território, no caso não tinha nada a ver nem com a terra –

---

<sup>2</sup> O presente artigo não possui como objetivo apresentar, discutir ou analisar a situação migratória de pessoas venezuelanas de modo amplo, ou mesmo no Brasil, mas sim, realizar um mapeamento a partir das vivências e experiências narradas pela família entrevistada até o momento da pesquisa, conforme apresentado anteriormente. Para trabalhos que abordam a questão por outras perspectivas, incluindo suas dimensões econômica, política e social, ver: Silva e Bispo (2021) e Ferraz Ayres et al. (2020).

circunscrição geográfica –, nem com grupo – circunscrição de pertencimento<sup>3</sup>”, portanto, tal uso se estende às áreas das Ciências Sociais e Humanas, pois os contextos criados no e do território geográfico em conjuntura de migrações populacionais revestem-se de “espaço em rede, constituído por linhas e pontos, atravessado por relações e carregado de qualidades e intensidades, portanto, passível de ser cartografado” (Prado Filho; Teti, 2013, p. 54). Sejam nos espaços ou ambientes, são “[...] – os territórios –, configurações mais ou menos estáveis, atravessam terras e grupos os mais variados: são transversais, transculturais” (Rolnik, 2016, p. 58) que são analisados, discutidos e representados pelos autores.

Prado Filho e Teti (2013, p. 54) elucidam que nosso tecido social é “formado tanto por espaços constituídos por relações mais disciplinares, formalistas, normalizadoras e de controle – aparelhos de produção, de governo, de justiça, prisões, manicômios, escolas, hospitais – como por espaços de fuga e resistência”, dentre os quais, movimentos sociais, ONGs, festas e eventos. Os espaços de fuga e resistência estão bem presentes na temática migratória, pois ultrapassam a barreira (fronteira) geográfica e invadem os limites da sobrevivência, inserção social, recomeços de vida laboral, profissional, familiar, pertencimentos grupais e tantas outras formas de reinvenção humana nos diversos contextos sociais.

As/os pesquisadores/as tiveram “a atitude de selecionar informações por critérios, supostamente, objetivos ou subjetivos” (Escóssia; Kastrup; Passos, 2020, p. 49), fazendo com que os autores acessem “elementos processuais provenientes do território – matérias fluidas, forças tendenciais, linhas em movimento, bem como fragmentos dispersos nos circuitos folheados da memória” (Escóssia; Kastrup; Passos, 2020, p. 49). As categorias analisadas advêm dos relatos dos entrevistados. Cabe salientar que, num esforço de avançar na análise de elementos processuais tão sensíveis, busca-se amparo em dados estatísticos mundiais e nacionais sobre a migração venezuelana, extrapolando assim a natureza descritiva da pesquisa.

Num contexto de fenômeno em curso “pouco importa que setores da vida social ele toma como objeto. [...] importa é que ele esteja atento a qualquer fenômeno da existência humana [...] movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva” (Rolnik, 2016, p. 62). Os autores assumem a atitude investigativa que “seria mais adequadamente formulada como um ‘vamos ver o que está acontecendo’, pois o que está em jogo é acompanhar um processo” (Escóssia; Kastrup; Passos, 2020, p. 45). E, nesse intento, “serve-se de fontes, as mais variadas, incluindo

---

<sup>3</sup> Entende-se o pertencimento aqui como de grupo, no caso específico, grupo familiar.



fontes não só escritas e nem só teóricas” (Rolnik, 2016, p. 62), enquanto que “seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia” (Rolnik, 2016, p. 65). Os “operadores/as” vozes deste estudo emergem de processo migratório entre Venezuela e Brasil no lapso temporal entre 2015 e 2021.

Por fim, foi possível “desenhar a rede de forças, a qual, o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (Escóssia; Kastrup; Passos, 2020, p. 57). Portanto, permite-se atuar “como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência” (Prado Filho; Teti, 2013, p. 47). Nessa produção acadêmica, demonstra-se a constituição de uma realidade familiar migratória, desenhando sua rede com linhas que se bifurcam, interrompem, mantendo um movimento constante de resistência ao novo contexto social, cultural ao qual estão forçosamente expostos os migrantes, implicando, assim, em dificuldades e expectativas diversas. O presente estudo tem vasta possibilidade de uso de fontes, devido ao caráter interdisciplinar da abordagem, portanto os instrumentos metodológicos foram: produção e análise de dados<sup>4</sup> e revisão de literatura para construção da base conceitual.

## **Mapeamento dos conceitos às categorias de análise**

Sabe-se que o pensamento acadêmico e científico é construído a partir de elementos conceituais para o diálogo entre teorias nas áreas do conhecimento, pois o “conceito é imanente à realidade, brota dela e serve justamente para fazê-la compreensível. [...] o conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo” (Haesbaert, 2008, p. 97). Desse modo, é necessário apresentar alguns conceitos-chave que embasam o trabalho, como processo migratório, parentesco, rede de apoio familiar, fluxos migratórios mistos e pertencimento de grupo familiar.

O presente estudo tem como base o processo migratório, o qual considera-se que possui:

[...] três etapas, as quais são, ao mesmo tempo, bem definidas cronologicamente, embora se influenciem mutuamente: A primeira, a

---

<sup>4</sup> “Não se trata de uma mera mudança de palavras, mas de propor uma mudança conceitual, visando nomear práticas de pesquisa que se distinguem daquelas da ciência moderna cognitivista” (Escóssia; Kastrup; Passos, 2020, p. 59).

decisão de partir, é acompanhada do anúncio do projeto de imigração e das pessoas que se associam ou não a essa decisão, definindo a atmosfera emocional em torno dessa viagem. A segunda, a viagem, em termos de deslocamento, de passagem entre dois mundos, e as apreensões, descobertas e encontros que este processo comporta. A terceira etapa é a da chegada ao país que se tornará o de adoção, marcada pelo sentimento de acolhimento, ou não, por parte dos nativos, pelos primeiros momentos da vida no país estrangeiro e pelas eventuais dificuldades encontradas (Grinberg; Grinberg, 1986, p. 94).

Todas as pessoas entrevistadas vivenciaram as etapas mencionadas acima e foram compelidas a deixar seu país natal porque não tinham mais condições dignas de vida, portanto, foram forçadas<sup>5</sup> pela crise econômica e humanitária que se constituiu na Venezuela, a buscar qualidade de vida e sobrevivência em outro país. Nesse sentido, trata-se de um processo migratório forçado, que pode ocorrer “por razões econômicas ou políticas podem dar ao sujeito o sentimento de não ter escolha, pois o exílio seria a única maneira de melhorar sua qualidade de vida e, em casos mais extremos, o único modo de sobreviver” (Daure; Reyverand-Coulon; Forzan, 2014, p. 98).

Considera-se parentesco “a relação jurídica de família, entre pessoas que vêm de um tronco comum, ou a que liga um dos cônjuges aos parentes do outro” (Guimarães, 2005, p. 477). Portanto, o estado de parentesco dos migrantes é analisado a partir dos laços familiares mais fortes que, juridicamente, são denominados de naturais ou sanguíneos. O laço mais forte é o da ascendência, refletido na filiação, a qual é definida como a relação de parentesco entre pais e filhos. A conceituação de parentesco permeia a discussão de redes familiares e se aplica à realidade cartografada. Há, portanto, uma imbricação entre parentesco, rede familiar de apoio e pertencimento familiar a partir de uma perspectiva jurídica da noção de família.

A fase inicial do processo migratório do professor Hugo, primeiro membro da família a deixar a Venezuela em 2015, foi explicitada na seção de contextualização,

---

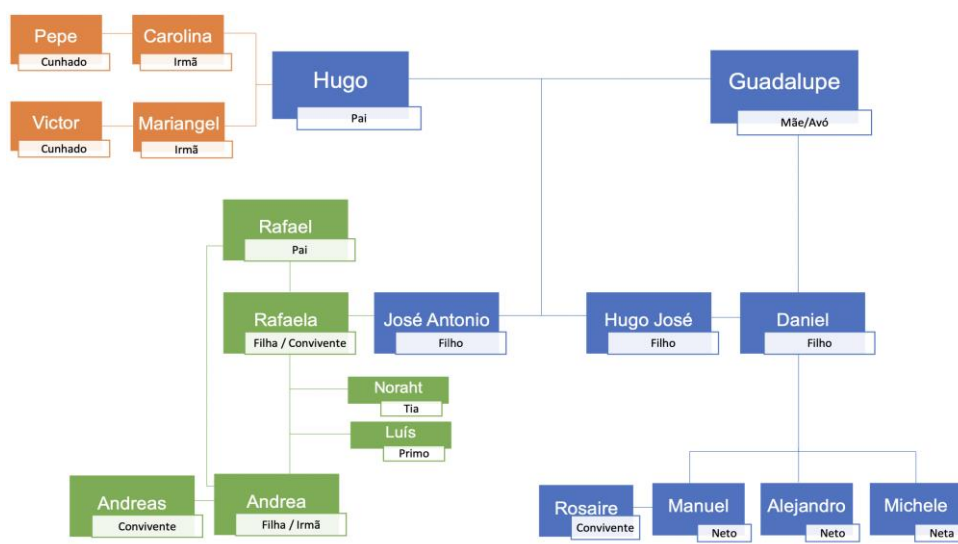
<sup>5</sup> Entende-se neste trabalho que migrações forçadas advém de toda e qualquer situação de ameaça à dignidade de nacionais em seus países, fazendo com que os mesmos optem por viverem em outros países nas condições, sejam de refugiados, asilados ou imigrantes. Para fins de caracterização das pessoas venezuelanas nesse contexto, corrobora-se esse entendimento a partir da situação complexa que levou à migração de massa dessa população para outros países, destacando-se o Brasil nesse cenário, conforme destacam Ferraz Ayres *et al.* (2020, p. 343): “Perante a esse quadro de grande fluxo de deslocamentos de venezuelanos, e por questões de ordem prática e de urgência, foi adotado o reconhecimento coletivo da condição de refugiado, buscando acelerar esse processo, dispensando das entrevistas, venezuelanos que atendem aos seguintes critérios: estar vivendo no Brasil; não possuir qualquer tipo de permissão de residência; ter mais de 18 anos; possuir um documento de identidade venezuelano; e não ter antecedentes criminais no Brasil (Brasil, 2019a). O procedimento foi aprovado em dezembro de 2019, beneficiando cerca de 21 mil venezuelanos, e até agosto de 2020, já foram reconhecidos cerca de 46 mil refugiados venezuelanos, se tornando o Brasil, o país com o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina (ACNUR, 2020b). Assim, esse mecanismo adotado pelo Brasil, através do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), é o reconhecimento do Estado brasileiro, da situação grave e generalizada de violação de direitos humanos na Venezuela (ACNUR, 2018; ACNUR, 2019).”



sendo ele o responsável pelo início da trajetória migratória de todo o grupo e, a partir do qual, tanto a história da família, quanto os laços de pertencimento jurídico-familiar, passam a ser estabelecidos no Brasil.

No presente estudo aparecem quatro grupos filiais. O primeiro é o da família Lara Duran que compreende três núcleos de parentesco distintos: I - o casal professor Hugo e Guadalupe com seus dois filhos em comum, Hugo José e José Antonio; II - Guadalupe com seu filho primogênito, Daniel; III - Daniel e seus filhos: Alejandro, Michele e Manuel (netos da matriarca), assim como a convivente deste último, Rosaire. O quarto grupo é formado pela família de Rafael, suas filhas Rafaela e Andrea, o genro Andreas (convivente desta última), além de Noraht, tia das citadas filhas, e o primo delas, Luís. Vale ressaltar que Rafaela é a convivente de José Antonio, portanto, encontra-se aí o elo deste último agrupamento familiar com os Lara Duran. Tais configurações de parentesco jurídico apresentam-se conforme a Figura 1:

Figura 1 — Genograma



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Relaciona-se aos grupos familiares observados na pesquisa a variável estado civil, estabelecendo um dos laços de pertencimento à família. Esta categoria jurídica está presente na forma de: casados (6 pessoas), união estável (6 pessoas), solteiros (5 pessoas) e divorciados (2 pessoas).

O segundo laço de pertencimento familiar, sanguíneo, a ser abordado é o de descendência em terceiro grau (netos). Nesta categoria, tem-se Guadalupe, a avó, e seus netos Alejandro, Manuel e Michele. O terceiro laço de parentesco é o colateral, advindo de casamento e união estável, o qual se configura assim: a) Casamento do professor Hugo e Guadalupe; b) Mariangel e Victor; Pepe e Carolina (as duas irmãs de

Hugo e seus respectivos maridos); c) União estável de José Antonio e Rafaela; Andrea e Andreas; Manuel e Rosaire.

Outras manifestações de parentesco jurídico/legal que estabelecem o pertencimento à família são observadas entre os irmãos (parentes de segundo grau): Hugo José, José Antonio e Daniel; Rafaela e Andrea; Hugo, Carolina e Mariangel; Alejandro, Manuel e Michele. E também entre tios e sobrinhos (parentes de terceiro grau): Noraht, tia de Rafaela e Andrea; Luís, primo de Rafaela e Andrea; José Antonio e Hugo José, tios de Michele, Manuel e Alejandro; Carolina e Mariangel, tias de José Antonio e Hugo José.

A família é como uma “rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, [...] que enreda seus membros, [...] e, ao mesmo tempo, viabiliza sua existência como apoio e sustentação básicos” (Sarti, 1996, p. 49). A família, assim, consiste na primeira instância de pertencimento dos indivíduos, que passam a se compreender como membros deste grupo.

Surge, no contexto migratório, um aspecto para a compreensão do estudo aqui apresentado: a rede de apoio familiar. Em especial, na migração forçada, em que as pessoas estariam “insatisfeitas no espaço social onde vivem, assim, procuram novas possibilidades em outros lugares. E essa procura [...] não acontece ao acaso. É importante nas trajetórias dos migrantes o fato de haver um parente morando no lugar de destino” (Assunção; Ferreira, 2006, p. 2). As redes de parentesco, como um fator relevante na experiência migratória, acontecem quando, após uma migração inicial, “familiares, parentes ou conterrâneos seguem-no na migração e o procuram para auxiliá-los a se estabelecerem na sociedade de destino” (Durhan, 1973, p. 137).

Trabalhos demográficos e econômicos, tradicionalmente, enfocam os dados numéricos que envolvem as migrações, mas “escamoteiam as unidades sociais efetivamente envolvidas no drama de migrar, como as famílias e as comunidades” (Assunção; Ferreira, 2006, p. 2). Contudo, considera-se essencial a compreensão dos laços que constituem as redes e estabelecem as relações de pertencimento dos indivíduos em suas famílias, pois, mesmo diante das incertezas inerentes a qualquer projeto migratório, as redes contribuem para possibilitá-lo e torná-lo mais efetivo e seguro, em especial para aqueles que se deslocam em contextos de vulnerabilidade.

Fluxos migratórios mistos correspondem aos deslocamentos de grupos variados e que migram por motivações diferentes por meio de uma mesma rota. Nesse caso, pode haver simultaneamente em deslocamento: migrantes internacionais por motivos econômicos, solicitantes de refúgio, indivíduos que fogem de desastres ambientais ou

da pobreza extrema, apátridas, assim como deslocados internos. Do mesmo modo, esses tipos de fluxos incluem tanto a migração considerada regular, como a irregular, a migração voluntária e a forçada. (Santos; Gutierrez, 2017).

Todos esses movimentos populacionais são considerados movimentos migratórios e, ainda que os termos “migrantes” e “refugiados” sejam utilizados como sinônimos no senso comum, conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR BRASIL, 2016, n.p.), “é essencial considerar que os dois têm um tratamento jurídico e um sistema de proteção consideravelmente diferente um do outro, o que gera desafios para os Estados e riscos específicos para as pessoas que fazem parte desses movimentos”.

A família em questão é composta por indivíduos que migraram em períodos e por motivos diferentes – conforme já enunciado e que também será mais detalhado posteriormente –, no contexto da migração venezuelana recente para o Brasil. Assim, ainda que apresentando características dinâmicas de migração de fluxo misto, o que repercute individualmente em situações jurídicas distintas para cada membro, todos encontram-se unidos pelos mesmos laços de pertencimento jurídico-familiar, tanto em relação ao seu grupo familiar, quanto à sua adaptação no país de destino.

Pode-se dizer que há um imbricamento entre pertencimento social e grupos familiares, pois “os seres humanos possuem uma necessidade básica por pertencimento, o que motiva a busca por relações sociais profundas e positivas” (Gastal; Pilati, 2016, p. 285). Assim sendo, em contextos migratórios, a necessidade de pertencimento se intensifica como uma “influência sobre outras variáveis psicológicas e fisiológicas” (Gastal; Pilati, 2016, p. 286).

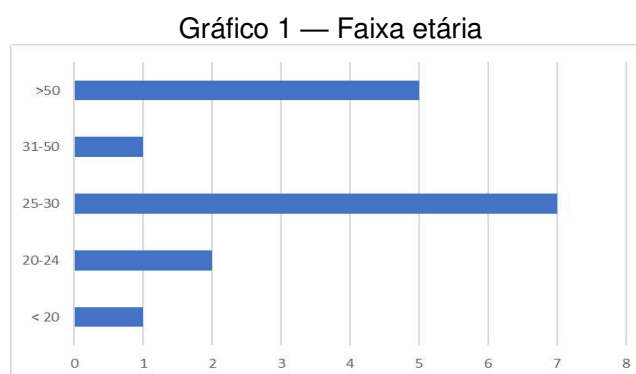
Neste sentido, o conceito de pertencimento é essencial para a discussão nesse mapeamento, pois a mesma baseia-se nas histórias de vida dos membros grupo, relatadas por meio das entrevistas, e das categorias de pertencimento jurídico-familiar de migrantes em vias de estabelecimento em novos territórios contando com apoio de uma rede familiar.

### **Apresentando o pertencimento da família venezuelana**

A análise de dados produzidos durante a pesquisa mostrou uma riqueza de categorias que se inter-relacionam e se interseccionam. Nesta seção, trata-se das principais categorias de análise identificadas pelos/as pesquisadores/as que estabelecem o pertencimento familiar com base na definição jurídica de família

apresentada anteriormente, a saber: faixa etária, sexo/gênero, raça/etnia, formação/educação, ocupação, localidades envolvidas no trajeto migratório, formas de passagem pela fronteira e condição jurídica em território brasileiro.

A categoria idade foi dividida pelos pesquisadores em cinco faixas etárias, a saber: menor de 20 anos; entre 20 e 24 anos; entre 25 e 30 anos; entre 31 e 50 anos; acima de 50 anos. O critério utilizado para determinar essas faixas etárias foi a ocorrência das idades informadas pelos entrevistados. A pessoa de 17 anos de idade, que não atingiu a maioridade civil, é Michele, que tem como responsável legal seu pai, Daniel, a única pessoa com idade entre 31 e 50 anos. As faixas etárias estão dispostas no Gráfico 1, a seguir:



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Percebe-se que a faixa etária com maior número de migrantes é a de 25 a 30 anos, logo, indivíduos considerados como população ativa, que tem uma formação para o trabalho em nível médio ou até mesmo recém graduados. Os indivíduos acima de 50 anos aparecem em segundo lugar. Tal constatação remete a outro grupo economicamente ativo estabelecido profissionalmente em seu país de origem, mas que, em decorrência do processo migratório, continua sua vida produtiva. Nesse contexto, se insere a lição de Guerraoui (2001) apud Daure, Reyverand-Coulon e Forzan (2014, p. 94) “que a ruptura imposta pela imigração significa uma fragilização das referências habituais do sujeito, pois tudo o que era evidência em sua vida quotidiana, deixa de ser”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população economicamente ativa (PEA) é obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais de idade (IBGE, 2010), logo, todos os indivíduos participantes deste estudo encontram-se dentro da PEA, podendo ser inseridos no mercado de trabalho, desmistificando o senso comum, preconceituoso, de que imigrantes sobrecarregam a assistência social brasileira.

A maioria dos membros da família (85%) que participou da pesquisa trabalhou no empreendimento de José Antonio, uma lanchonete de açaí, denominada Aça-it. Uma

outra parte da família (5%) se ocupou com trabalhos em restaurantes, como entregadores de comida por aplicativos ou, ainda, estabeleceram empresas de marketing digital. Assim, a maioria dos entrevistados atuam no setor terciário da economia, caracterizado pelo comércio e prestação de serviços. A exceção a essa atuação é o professor Hugo, servidor público federal, vinculado à UFSC, que trabalha como professor universitário no curso de Engenharia Civil em regime de 40 horas. Apenas dois membros da família, Noraht e Rafael, ambos acima de 50 anos, afirmaram que, por não dominarem a língua portuguesa o suficiente para trabalharem fora do Aça-it, resolveram retornar para a Venezuela.

Neste estudo, a categorização de sexo/gênero apareceu de forma manifesta por parte dos entrevistados como indicadores binários (masculino e feminino), sem haver menção espontânea a outras classificações de gênero. Onze indivíduos se declaram no masculino e oito no feminino. Essa amostra se contrapõe aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD): “o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres” (IBGE, 2019). A mesma pesquisa aponta que, na faixa etária até 24 anos, o quantitativo de homens é superior ao de mulheres. Por outro lado, a partir dos 25 anos de idade, a proporção de mulheres é maior que a dos homens em todos os grupos de idade (IBGE, 2019). No presente estudo há preponderância do número de homens na faixa etária superior a 24 anos. Apenas um indivíduo identificado com cada sexo regressou à Venezuela.

A categoria educação formal encontra-se dividida em educação básica e educação superior, levando-se em consideração os estudos realizados pelos indivíduos no Brasil e na Venezuela. Estão presentes as formações: ensino médio, técnico, graduação e pós-graduação (doutorado). Parte do grupo analisado possui ensino superior concluído na Venezuela. Três dos migrantes chegaram ao país apenas com o ensino médio concluído e iniciaram curso de graduação em universidades brasileiras, dos quais, apenas um concluiu o curso e dois abandonaram. Um dos integrantes chegou ao Brasil com formação de nível médio (técnico em topografia) e outro cursando a educação básica.

Percebe-se que há uma preponderância masculina quanto à formação superior, uma vez que há mais homens acessando o ensino superior do que as mulheres no grupo analisado. Quanto ao nível de escolaridade, observa-se a inexistência de analfabetismo, pois a maioria dos integrantes já concluíram ou estão em vias de conclusão de, pelo menos, a educação básica. O baixo índice de analfabetismo do

grupo é contrastante com a realidade brasileira, uma vez que, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2019), esse índice entre jovens com mais de 15 anos é de 6,6%, perfazendo um total de mais de 11 milhões de pessoas.

É importante mapear, no contexto migratório, quando há a influência de aspectos de raça e etnia nos processos de adaptação ao local de destino. No que se refere a essa categoria, tem-se que o professor Hugo possui ascendência indígena, mas os demais membros da família não se identificam fenotipicamente como tal. Rafaela e sua família, incluindo o pai Rafael, a irmã Andrea e o cunhado Andreas são pessoas brancas, enquanto todos os demais indivíduos se classificam como pardos. A família não relatou episódios de discriminação racial. Contudo, José Antonio relatou que sofreu preconceito à frente do seu estabelecimento comercial de açaí: um cliente se recusou a consumir no local ao saber que o dono era venezuelano, afirmando que deveria ser brasileiro. Esse foi o único episódio marcante de preconceito relatado por membros da família.

A categoria ocupação está comumente ligada à educação formal. Contudo, ao analisar o grupo em questão, é possível perceber um forte descompasso entre a formação dos integrantes da família e a atual ocupação laboral que exercem. Salvo professor Hugo, os demais, quase em sua totalidade, desenvolvem uma atividade laboral distinta da sua área de formação. Uma das explicações sugeridas para tal constatação é a dificuldade de revalidação de diplomas por não nacionais no Brasil. Trata-se de um processo longo, custoso e, na maioria das vezes, extremamente burocrático. Tal processo dificulta a possibilidade de regularização e posterior atuação profissional. Conforme discutem Silva e Bispo (2021, p. 67), “muitos venezuelanos chegam ao Brasil sem portar seus diplomas ou sem recursos financeiros para o reconhecimento dos mesmos, portanto, comprovação de formação e experiência obstaculizam o acesso às vagas de trabalho”. Como consequência, há, muitas vezes, a precária inserção laboral, a ocupação de postos de trabalho que destoam da educação formal, somados aos múltiplos percalços decorrentes da condição vulnerável do migrante.

Observa-se, também, a construção de uma rede de trabalho entre os familiares no ramo alimentício. Constatou-se que o microempreendimento permitiu que alguns familiares pudessem ser empregados e retirassem daquele a sua renda. Até mesmo uma migrante, que já possuía formação superior em outra área, passou pelo empreendimento. Nos últimos anos, houve um grande crescimento e sucesso dos negócios de açaí espalhados pelo Brasil, levando uma cultura alimentar bastante



característica do Norte do País às outras regiões. Nota-se que a iniciativa da família de aproveitar a tendência nesse ramo foi bastante oportuna e ditada pela necessidade, somada à tendência de êxito no mercado. Destaca-se que José Antonio, microempreendedor, após concluir o curso de Economia em uma universidade brasileira, foi incorporado ao mercado de trabalho na sua área de formação, sendo uma exceção ante o que se observou com os demais membros da família.

Em relação à categorização localidades envolvidas, os dados da presente produção acadêmica, em termos espaciais, correspondem ao Brasil e Venezuela. No que se refere ao ponto de partida da migração, a cidade de Barquisimeto é comum a todos os imigrantes do presente estudo.

Os pontos de chegada dessas pessoas foram as cidades de São Paulo, Boa Vista e Pacaraima, nos Estados de São Paulo, Acre e Roraima, respectivamente. Essas cidades são tomadas como local de entrada<sup>6</sup>, porém, não são cidades de permanência, tendo em vista que a rede de apoio para todos os membros da família se concentra no estado de Santa Catarina, especialmente na cidade de Blumenau.

O estudo identificou três nacionalidades na família, a saber: venezuelana, forçosamente abdicada pela maioria dos 19 integrantes; colombiana (6 indivíduos), de caráter concorrente com a venezuelana (casos de dupla nacionalidade); e a brasileira, como derivada, solicitada por apenas um dos migrantes até o momento da escrita deste trabalho (março de 2022). No primeiro grupo, excetuando aqueles que têm dupla nacionalidade, estão os denominados apátridas, pessoas que perderam sua nacionalidade originária e ainda não obtiveram outra derivada. Como a saída da Venezuela pelos aeroportos implicou na retenção dos passaportes, a maioria (13 indivíduos) dos sujeitos da pesquisa se encontra nessa condição. A nacionalidade colombiana, pela ascendência da matriarca Guadalupe, abriga seis imigrantes pertencentes ao grupo.

Está conectada a categoria localidade a duas outras: forma de passagem pela fronteira e a condição de jurídica em território brasileiro. Essas categorias entrecruzam o contexto migratório e de pertencimento familiar dos indivíduos que compõem esse mapeamento.

No que se refere à categorização modo de ingresso no país, verifica-se que os modos de entrada dos imigrantes cartografados em território brasileiro foram de três

---

<sup>6</sup> Um dos imigrantes teve passagem por Manaus, no Estado do Amazonas, por causa da demora na liberação de sua documentação.

ordens: via aérea<sup>7</sup>, via terrestre<sup>8</sup> (por ônibus) e via terrestre (a pé). Observa-se que aquelas pessoas que migraram antes de 2020 utilizaram, em sua maioria, a via aérea desde o território venezuelano até o estado de Santa Catarina. No entanto, aquelas pessoas que migraram a partir de 2020, fizeram o percurso a pé até a fronteira com o Brasil e, posteriormente, trechos aéreos até Santa Catarina. Todos que se fixaram em Blumenau fizeram uso de transporte rodoviário a partir de Florianópolis.

Predomina entre os migrantes que fizeram uso de transporte aéreo, a faixa etária acima de 40 anos, sendo sete deles. Apenas Rafael, com idade de 55 anos, fez a travessia a pé. Entre os mais jovens, a travessia a pé predominou. Apesar dos custos relativamente altos das passagens aéreas, os familiares que vivem no Brasil financiaram a compra das passagens dos demais, demonstrando mais uma vez a importância da atuação da rede de apoio, bem como que as condições financeiras no Brasil apontam para um reestabelecimento econômico dos primeiros a migrar, o que permitiu prestar ajuda aos demais parentes que estavam em dificuldades e também se viram obrigados a deixar o país.

Inicia-se a análise da categoria condição jurídica de entrada com a situação de apátrida do professor Hugo. Considera-se juridicamente apátrida, “aquele que em razão de conflito de leis interestaduais sobre sua origem, não tem pátria nem nacionalidade definida, estando privado de direitos de cidadania” (Guimarães, 2005, p. 84). O professor Hugo, ao sair da Venezuela em direção ao Brasil, em 2015, teve de entregar seu passaporte ao governo da Venezuela. Como não possuía dupla nacionalidade, permaneceu na condição jurídica de apátrida até regularizar sua situação através da nomeação para docente em uma universidade federal. Nesse contexto, professor Hugo obteve status de residente e, transcorrido o prazo legal, solicitou a nacionalidade brasileira.

O processo de nacionalização do professor Hugo exemplifica uma trajetória de migração mais estabelecida, em decorrência de sua formação acadêmica, que a de diversos membros de sua família, bem como da maioria de imigrantes venezuelanos nas últimas décadas.

---

<sup>7</sup> Os familiares que chegaram por via aérea foram: Hugo, Guadalupe, José Antonio, Hugo José e Daniel (primeira vez que chegou) para São Paulo; Noraht; Andrea, Andreas; Carolina; Rafaela, Pepe; Manuel; Mariangel e Victor.

<sup>8</sup> Os familiares que chegaram por via terrestre foram: Alejandro (da fronteira até Pacaraima a pé, mas seguiu para Boa Vista de ônibus); Rosaire (da fronteira até Pacaraima a pé, depois de avião até Florianópolis); Rafael entrou a pé pela fronteira. Michele chegou a pé com seu pai Daniel até a fronteira, depois de ônibus até Manaus e depois de avião até Florianópolis. Luís (primo de Rafaela) foi a pé até Boa Vista e depois de avião para Florianópolis.

A temática tem relação direta com o conceito de nacionalidade enquanto “vínculo jurídico-político de direito interno que liga o indivíduo ao Estado em virtude do local de nascimento, da ascendência paterna ou manifestação de vontade do interessado” (Guimarães, 2005, p. 415). Nesse sentido, uma nacionalidade pode ser destituída, concedida ou coexistir com outra, e ainda é possível a acumulação de nacionalidades.

O professor Hugo era detentor de nacionalidade originária e *jus sanguinea*, ou mista, pois nasceu em território venezuelano e tinha ascendência venezuelana por parte de suas famílias materna e paterna. Segundo Guimarães (2005), a nacionalidade pode ser requerida por manifestação de interesse pessoal, o que não foi feito pelo professor Hugo em relação à nacionalidade colombiana de sua esposa. O vínculo nacional venezuelano deixou de existir legalmente por deliberação estatal decorrente dos governos vigentes que restringiram a saída de seus cidadãos do país. Destaca-se que o professor Hugo inicialmente migrou sozinho para o Brasil, deixando sua família na Venezuela, gerando segundo os relatos uma certa desagregação familiar, pois “o evento imigratório provoca certo desequilíbrio no sistema familiar” (Daure; Reyverand-Coulon; Forzan, 2014, p. 98).

Guadalupe, esposa do professor Hugo, e seus filhos, José Antonio e Hugo José, que possuíam dupla cidadania, entraram no Brasil na condição jurídica de nacionais da Colômbia, pois foram obrigados a deixar seus passaportes venezuelanos. Devido à presença prévia do professor Hugo no Brasil, já trabalhando como servidor público, o status de reagrupamento familiar foi aplicado aos três membros da família.

A família e a rede de apoio que se estabelece em seu entorno é aspecto relevante de pertencimento jurídico-familiar para este estudo. Segundo Sarti (1996, p. 68) “a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social”. E, ainda segundo a autora, a família é o elo mais forte de pertencimento para os migrantes (Sarti, 1996), o que se observa no presente estudo.

A condição jurídica de José Antonio foi alterada de reagrupamento familiar para residente, pois ele constituiu a empresa Aça-it conforme prevê a Lei de Migração brasileira (Lei nº 13.445/2017), que ampara imigrantes que pretendam trabalhar, residir e se estabelecer temporária ou definitivamente. O que foi observado a partir desta experiência empreendedora, correlaciona-se ao fato de que a empresa funciona como “empreendimento coletivo estruturado na esfera da família”, sendo que esta “se constitui

como ordem plausível, espaço que viabiliza a sobrevivência através do esforço coletivo” (Sarti, 1996, p. 49).

Daniel (filho apenas de Guadalupe) usufruiu da condição de reagrupamento familiar por parte de sua mãe, solicitando junto à Polícia Federal a condição de residente. O mesmo também tem cidadania colombiana e deixou o passaporte em seu país de origem.

Michele, Manuel e Alejandro são filhos de Daniel, possuem cidadania colombiana, e não detêm seus passaportes venezuelanos pelos mesmos motivos citados anteriormente. À época, Michele era menor de idade e, portanto, sua genitora autorizou judicialmente sua vinda para o Brasil. Manuel já possui trabalho em um restaurante mexicano e a condição de residente já foi solicitada. Alejandro e Michele chegaram a pé pela fronteira, foram acolhidos pelo posto de imigração da Polícia Federal e pela Operação Acolhida, já que ingressaram por Roraima. Tal operação do Governo Federal foi instituída em face do cenário migratório venezuelano e realiza, sobretudo em Roraima, principal porta de entrada dos venezuelanos migrantes e/ou solicitantes de refúgio, o acolhimento, abrigamento e a interiorização, para além do atendimento inicial já prestado pela Polícia Federal. Eles iniciaram a tramitação de visto enquanto refugiados no norte do Brasil, mas, ao se instalarem em Blumenau, não solicitaram a mudança de tramitação para Santa Catarina. Portanto, à época, encontravam-se em status irregular ante ao Estado brasileiro<sup>9</sup>.

Chegaram ao Brasil com vistos de turista: a) Rafaela – que depois formalizou união estável com José Antonio, o qual já tinha sido recepcionado por agrupamento familiar e solicitou status de residente em decorrência de empreendimento comercial; b) Luís, Andrea e Andreas; c) os casais Pepe e Carolina; Mariangel e Victor – depois que constituíram empresa alteraram o status para residente; d) Manuel e Rafael. Nesse sentido, aqueles que ainda não haviam solicitado mudança de status encontravam-se em condição jurídica irregularizada junto ao Estado brasileiro.

Os 17 indivíduos que ainda permanecem no Brasil se comunicam na língua portuguesa, que aprenderam ao chegar ao Brasil. Os que migraram após 2020 falam com alguma dificuldade, mas compreendem bem, o suficiente para situações sociais e laborais, com exceção dos dois membros da família que, por não terem conseguido fluência satisfatória, decidiram retornar à Venezuela recentemente.

---

<sup>9</sup> Destaca-se que, no momento atual (2024), a situação migratória de diversos membros da família já se encontra modificada.

## Considerações finais

A complexidade de fatos que estão acontecendo no presente pode ser melhor mapeada e compreendida quando analisada interdisciplinarmente e amparada na literatura pertinente. Utilizando-se dos dados produzidos, entrelaçou-se a realidade das vivências em contexto migratório da família venezuelana com construtos teóricos e conceituações apropriadas, pertencentes à discussão sobre migrações.

A partir das categorias de análise foram traçadas as linhas de conexão conceitual e apresentadas as discussões pertinentes ao campo das migrações com ênfase na rede de apoio familiar e os laços de pertencimento decorrentes desta, o que foi essencial para que o grupo de dezenove pessoas pudesse se instalar em condições dignas de vida em território brasileiro. O fato de o professor Hugo ter feito seu doutorado no Brasil foi essencial para construir uma rede de contatos profissionais, garantir aprovação em concurso docente numa universidade federal e criar as condições essenciais para trazer sua família.

Percebe-se que a condição jurídica de entrada predominante utilizada pela família do professor Hugo foi de turista, seguida do reagrupamento familiar. Em relação à mudança de status legal, as solicitações de direito de residência preponderaram. Há apenas uma solicitação de nacionalidade brasileira, coincidentemente do primeiro, o professor Hugo. A situação mais vulnerável incide sobre os três indivíduos que se encontravam com status migratório irregularizado no Brasil, em especial, Michele por sua menoridade etária.

Destaca-se, também, o alto nível de escolaridade do grupo, uma vez que é composto, em quase sua totalidade, por indivíduos que já concluíram ou estão em vias de conclusão do ensino superior. Tal constatação é relevante na medida em que a chegada destes indivíduos representa a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento do país, uma vez que há uma propensão de melhor inserção no mercado de trabalho.

A inserção laboral, por sua vez, representa um caminho rumo à redução de vulnerabilidades, pois permite ao indivíduo a possibilidade de inserção social, bem como uma fonte de renda para sua subsistência. No mapeamento realizado pelos/as pesquisadores/as, destaca-se o micro empreendimento de açaí como importante meio para inserção laboral de grande parte dos indivíduos da família analisada, os quais, graças ao pertencimento à mesma rede familiar, foram empregados e puderam retirar, pelo menos de forma inicial, renda para sua manutenção no país.

Por fim, observa-se que há aspectos contextuais mais amplos, externos às dinâmicas familiares, como questões relacionadas ao domínio da língua e ao acesso a postos de trabalho no mercado local, que extrapolam a força da rede de apoio e impactam até mais fortemente do que os laços de parentesco para viabilizar a permanência de todos os indivíduos da família no Brasil.

## Referências

ACNUR BRASIL. *Fluxos mistos e o papel do Acnur de assegurar os direitos dos refugiados*. Dezembro, 2016. Disponível em: <https://guiadefontes.msf.org.br/fluxos-mistos-e-o-papel-do-acnur-de-assegurar-os-direitos-dos-refugiados>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ASSUNÇÃO, L. M.; FERREIRA, R. V. A rede familiar como empreendimento coletivo na estratégia de sobrevivência de uma migrante: um estudo de caso. In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. Caxambu-MG, 2006.

BELLO, P. B. Em novos territórios: um olhar sobre a migração venezuelana em Foz do Iguaçu. 2021. 105 f. Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5446>. Acesso em: 27 out. 2024.

COSTA, C. F. T. Famílias monoparentais venezuelanas em São Paulo: uma análise interseccional sobre a migração. 2023. 95 f. Mestrado em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003145531>. Acesso em: 27 out. 2024.

DAURE, I.; REYVERAND-COULON, O.; FORZAN, S. Relações familiares e migração: um modelo teórico-clínico em psicologia. In: *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 26, n.1, p. 91-108, 2014.

DOMICIANO, F. A. Redes sociais migratórias: estudo da migração venezuelana com destino à região metropolitana de Goiânia entre os anos de 2017 e 2021. 2023. 110 f. Mestrado em Direitos Humanos. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

DURHAN, E. R. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. *Pistas do Métodos da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2020.

FERRAZ AYRES, H. H.; DE OLIVEIRA SANTIAGO, G.; DA SILVA PROFILO, T. L. Migrações forçadas - Venezuela/BR-Rio de Janeiro: o processo de socialização e a representação social do trabalho. *Revista de Cultura de paz*, [S. l.], v. 4, p. 339–361, 2020. Disponível em: <https://revistadeculturadepaz.com/index.php/culturapaz/article/view/101>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GASTAL, C. A.; PILATI, R. Escala de Necessidade de Pertencimento: adaptação e evidências de Validade. In: *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 21, n. 2, p. 285-292, mai./ago. 2016.

GUIMARÃES, D. T. *Dicionário Técnico Jurídico*. 7.ed. São Paulo: Rideel, 2005.



HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. pp. 95-121.

HENDGES, A. P. J. Inequidade em trânsito: solidariedade e capital social na experiência de mulheres venezuelanas em Porto Alegre. 2023. 121 f. Mestrado em Estudos Comparados Sobre as Américas. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/47650>. Acesso em: 27 out. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=128,-1,1,2,-2,-3&ind=4726>. Acesso em: 06 mar. 2022.

IBGE Educa. *Quantidade e homens e mulheres*. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres>.> Acesso em: 06 mar. 2022.

GRINBERG, L.; GRINBERG, R. *La supervisión psicoanalítica: teoría y práctica*. Madrid: Tecnipublicaciones, 1986.

LYRA, J. A. Ser migrante, tornar-se influencer: visibilidade, inspiração e estratégias de pertencimento da migração venezuelana no Brasil. 2023. 172 f. Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49580>. Acesso em: 27 out. 2024.

LOPES, K. S. S. Redes sociais na experiência migratória de mulheres venezuelanas em Boa Vista – Roraima. 2022. 234 f. Mestrado em Sociedade e Fronteiras. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. Disponível em: <http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/handle/prefix/817>. Acesso em: 27 out. 2024.

OBMIGRA. *Refúgio em Números*, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 29 mar. 2023.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. In: *Barbaroi*, n. 38. Santa Cruz do Sul. jun. 2013, p. 45-59. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 11 fev. 2021.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

SANTOS, I. D. C.; GUTIERREZ, J. P. Os desafios da comunidade internacional diante dos fluxos migratórios mistos do século XXI. In: *Anais do XIV Congresso Internacional de Direitos Humanos*, 2017. Disponível em: <http://cidh.sites.ufms.br/mais-sobre-nos/anais/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SILVA, J. B.; BISPO, L. V. de S. Perfil Laboral de Refugiados Venezuelanos no Brasil. In: *Revista Ren9ve*, v. 2 n. 2, 2021, p. 57-71. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/campusxix/article/view/12386>. Acesso em: 01 mai. 2023.

SILVA, M. I. A. O ethos em "La Línea" de fronteira Brasil/Venezuela: ambiente ecolinguístico e redes sociais. 31/07/2012. 119 f. Mestrado em Letras Neolatinas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/25/teses/794660.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.

## NOTAS

### AUTORIA

Joelma Boaventura da Silva  
Mestra em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Doutoranda em Difusão do Conhecimento pela Universidade do Estado da Bahia (PPGDC)  
Professora Assistente na Universidade do Estado da Bahia  
E-mail: [jbomfim@uneb.br](mailto:jbomfim@uneb.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-7582-6662>

Luan Victor de Souza Bispo  
Graduando em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)  
E-mail: [luan.bispo@usp.br](mailto:luan.bispo@usp.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-8142-888X>

Natalia Silva Coimbra de Sá  
Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Professora Adjunta no Departamento de Ciências Humanas I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e no Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (PPGDC)  
E-mail: [nsa@uneb.br](mailto:nsa@uneb.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-9922-6584>

### AGRADECIMENTOS

A todas as 19 pessoas da família que contribuíram para a realização da pesquisa, disponibilizando tempo para as entrevistas realizadas.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** J. B. Silva, L. V. S. Bispo e N. S. C. Sá

**Coleta de dados/realização das entrevistas:** J. B. Silva

**Análise de dados:** J. B. Silva, L. V. S. Bispo e N. S. C. Sá

**Discussão dos resultados:** J. B. Silva, L. V. S. Bispo e N. S. C. Sá

**Revisão e aprovação:** J. B. Silva e N. S. C. Sá

## LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) 4.0 International.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES**

Daniel Serravalle de Sá  
Ana Cláudia Mota Estevam

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 03-08-2024 – Aprovado em: 12-11-2024 – Publicado em: 23-11-2024